

QUESTÕES EPISTÊMICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO E GERAÇÕES

Maria da Conceição Barreto*

Introdução

Em um trabalho de pesquisa, a epistemologia tem a função de submeter a prática investigativa a uma reflexão (JAPIASSU, 1979), provendo uma base para a seleção dos métodos bem como para a análise crítica dos dados. A escolha de um objeto do cotidiano, sua caracterização e justificação refletem a postura do pesquisador em relação ao sentido que ele quer imprimir ao seu trabalho. O que ele estabelece como critério de neutralidade e de objetividade para a pesquisa e o fundamento do seu ponto de vista acerca da relação entre sujeito e objeto constituem parâmetros para a investigação.

Uma epistemologia é “uma teoria do conhecimento. Responde à pergunta de quem pode ser ‘sujeito do conhecimento’[...]. Aborda o tipo de coisas que pode ser conhecida” (HARDING, 1998, p. 13. Tradução nossa). Em sua concepção clássica de discurso sobre a ciência, a epistemologia não se prende a descrever métodos, mas a estudar de forma crítica os princípios, as hipóteses e os resultados das diversas ciências, tendo um caráter interdisciplinar¹. De acordo com esse autor, em geral as epistemologias centram-se nas interações entre sujeito e objeto, porém qualquer que seja o sentido dado ao termo epistemologia “a verdade é que

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Capes.

¹ Japiassu, op. cit.

ela não pretende impor dogmas [...]. Não pretende ser um sistema, a *priori*, dogmático, ditando [...] o que deveria ser o conhecimento científico.”²

Cabe à epistemologia o interrogar-se sobre as relações entre o pesquisador e seu objeto, bem como entre a produção do conhecimento e a sociedade. Assim é que, no âmbito das análises empreendidas nas diversas abordagens sobre a produção do conhecimento encontramos subjacentes questões como estas: Quais são as posturas epistemológicas que devo assumir e que limites devo observar na minha pesquisa? Como posso assegurar publicamente a objetividade do meu trabalho? Existe relação entre a pessoa que conhece e o que será conhecido?

Esses questionamentos inserem-se nas reflexões de muitos pesquisadores e tornam-se fundamentais quando se trata do estudo de fenômenos sociais, em que o objeto contém significação, o que o difere dos objetos das chamadas ciências naturais. Assim, ao assumir uma investigação no campo de gênero e gerações parto do pressuposto de que, ao falar de conhecimento estou me referindo a uma relação entre a pessoa que busca conhecer e o fato a ser conhecido admitindo, de início, que o conhecimento tem mescladas suas faces ‘objetiva’ e ‘subjetiva’.

Como faço parte de uma comunidade acadêmica e compartilho com Narayan (1997, p. 283) a ideia de que o “conhecimento é [...] adquirido não por indivíduos solitários, mas por membros socialmente constituídos em grupos que surgem e se transformam através da história”, extraí da história das ciências algumas estratégias de justificação do conhecimento abordadas por diferentes pensadores. Com efeito, corroboro a perspectiva de Mannheim (1974) ao afirmar que, “o que perdura [...] é o fato de que correntes intelectuais diversas não se desenvolvem isoladamente, mas mutuamente se afetam e se enriquecem” (MANNHEIM, 1974, p. 30).

Considero útil não perder de vista o que dizem as diferentes abordagens mas pensar que cada enfoque elucida a atividade de busca do conhecimento ao seu modo indicando, em cada época, concepções particulares sobre o fazer ciência. Essas concepções informam sobre o lugar onde cada pensador se coloca para estudar e entender a relação do homem com a realidade que estuda.

² Idem, p. 38.

Posturas Epistemológicas na Filosofia e na Ciência Tradicional: alguns assinalamentos e críticas

Antes do surgimento da ciência como uma forma de saber, a filosofia ocupava um lugar de destaque como modalidade de reflexão sobre as coisas, baseando-se na experiência e no pensamento, pretendendo ser um saber universal. A filosofia era atribuída a “todo saber que se dedica ao conhecimento da medida constante e do *universal* no mar da individualidade empírica” (MINAZZI, 1986, p. 80).

Essa perspectiva de universalização da filosofia levou-a a uma postura imperialista em relação aos demais campos do conhecimento, conduzindo-a a um patamar que referenciava os demais saberes. Por exemplo, Aristóteles (384-322 a. C.)³ considerava a filosofia como “ciência da verdade” e cujo fim seria a verdade, enquanto o da ciência seria a prática. No âmbito da filosofia, outros pensadores depois de Aristóteles propuseram suas estratégias de obtenção do conhecimento, impondo novas racionalidades. Na Idade Média, as explicações para os fenômenos eram impregnadas de valores defendidos pela Igreja, desde a ideia de criação do mundo até as noções místicas e especulativas (ANDERY, 2001).

Em oposição à filosofia, a ciência moderna instituiu-se na transição do feudalismo para o capitalismo e, a partir de então, a sociedade passou a valorizá-la como instrumento para chegar aos fatos de forma objetiva. Como coloca Bernal (1976), a ideia era destruir a proposta de síntese aristotélica e, embora não tenham sido solucionados vários problemas relativos ao conhecimento, inaugurou-se a possibilidade para uma resolução futura, durante a luta de ideias de diversos teóricos.

Mas, apesar do avanço da atividade científica no século XVII, foi somente com Galileu (1564-1642) e, posteriormente, com Newton (1642-1727) que se instaurou a visão mecanicista dos fenômenos. Essas novas ideias sobre o universo conduziram a necessidade de repensar as bases epistemológicas na produção do conhecimento, tendo sido rompidas as ideias contemplativas e a confiança nos antigos procedimentos medievais. Duas propostas se destacaram: o empirismo de Francis Bacon (1561-1626) e o racionalismo de Descartes (1596-1650).

³ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. do grego por Vincenzo Cocco. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro II, Cap. I, p. 239.

Bacon considerava o homem um intérprete da natureza, por isso deveria buscar o conhecimento no contato direto com as coisas, ou seja, por via empírica e não especulativa (ANDERY, 2001). Enquanto a evidência empírica representava para Bacon a base sobre a qual se fundava o conhecimento objetivo, Descartes propunha a dúvida como recurso metodológico. Em seu *Discurso do Método*, Descartes (1973, p. 45-46) coloca os preceitos metodológicos necessários à ordenação do pensamento a fim de assegurar o emprego adequado da razão nas operações de explicação mecânica do mundo.

O aspecto principal nessa discussão parece relacionar-se com a ideia de tornar a produção do conhecimento como algo sagrado. O pesquisador deve situar-se numa posição de exterioridade em relação àquilo que estuda. Outro aspecto é o fato do conhecimento ser pensado em termos universais, produzido pelo homem para o homem (universal), postura que mais tarde seria criticada pelas feministas. Essa postura universalista e sexista, herdada da filosofia e introduzida na ciência moderna aparece nas proposições de teóricos de todas as formações, sejam físicos, matemáticos, filósofos, e até mesmo nas perspectivas daqueles teóricos originários das ciências sociais, como é o caso dos positivistas e clássicos representantes da sociologia francesa: Augusto Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1858-1917).

Comte (1973, p. 9) enumera as etapas do que ele denomina “a marcha progressiva do espírito humano” referindo-se aos três estágios que seriam empregados pelo homem nos processos de investigação, os quais teriam relação com as etapas da vida humana. Os dois primeiros seriam estágios de preparação, enquanto no estágio positivo, o mais avançado dos três, a preocupação seria descobrir, com base “no uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude” (COMTE, 1973, p.10).

Por outro lado, Émile Durkheim (1973) expressa suas ideias sobre o método sociológico revelando a preocupação em demonstrar que a sociologia é uma ciência objetiva, sendo voltada para o estudo dos fatos sociais, os quais ele propõe que sejam tomados como ‘coisas’ (tudo aquilo de que não temos uma noção adequada). Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim⁴ descreve os passos a serem seguidos pelos pesquisadores nas investigações científicas.

A noção de objetividade aparece pela primeira vez na filosofia moral e política do século XIV, passando às ciências quando foram instalados os laboratórios. Já a noção de neutralidade ou imparcialidade é oriunda da linguagem jurídica do século XIX, estendendo-se depois a outros domínios ou absorvendo outros significados (DANSILIO, 2004). Essas noções inspiram as epistemologias até os dias atuais, embora tenha surgido nas comunidades científicas uma série de debates a partir da noção de objetividade do conhecimento, na tentativa de modificá-las.

Assim é que, durante os séculos XIX e XX, surgiram vários críticos das epistemologias vigentes, dentre os quais, Gaston Bachelard (1884-1962). Esse autor afirma que a pesquisa científica é um conhecimento aproximado (BACHELARD, 1969, 1996). Essa noção de “aproximação” é necessária para nos fazer entender o significado de objetividade, à qual Bachelard prefere chamar de *objetivação*, cujo caráter engloba a tentativa de atingir o ideal científico, ou seja, o acordo entre os enunciados e a realidade. No entanto, para Bachelard (1969), esse ideal nunca é atingido, embora seja ele que conduz ao “conhecimento aproximado” (*connaissance approchée*).

A epistemologia bachelardiana “caracteriza-se pela razão polêmica, inquietante e plural, que instiga a discussão e não o conformismo. Nesse sentido, despreza a ideia de universalismo e as situações marcadas pelo consenso e pela linearidade” (BARRETO, 2002, p. 140). De acordo com essa perspectiva, o saber deve ser reconstruído permanentemente, pois enquanto alguns conceitos estão em voga, outros foram ultrapassados, indicando que a retificação de conceitos modifica o pensamento.

Essa retificação de conceitos postulada por Bachelard (1996) representaria uma metamorfose da ciência que “renova a nossa concepção das relações dos homens com a natureza e a ciência como prática cultural”, como descrevem Prigogine e Stengers (1997, p. 8). Esses autores afirmam que a coerência cultural que os homens buscam em cada geração alimenta a interpretação das teorias científicas, influencia as concepções dos cientistas e dos meios que utilizam nas suas investigações.

Tal “metamorfose” ou “retificação” indicaria, do ponto de vista de Popper (1972), o avanço das ideias científicas, que ele atribui à

⁴ Op. cit., p. 405-411.

racionalidade científica. Popper, um “racionalista-crítico”, faz questão de afirmar que distingue “nitidamente entre Ciência objetiva, de um lado, e ‘nosso conhecimento de outro’⁵. Essa racionalidade, entretanto, não envolve apenas a crítica individual, mas se completa num processo de intersubjetividade e discussão, ou seja, num processo de crítica da comunidade, o que informa sobre o caráter social do método científico. A partir dessa perspectiva abre-se o espaço para pensarmos que, embora o conhecimento científico esteja subordinado ao controle racional, não é possível conceber total pureza de seus critérios em termos de objetividade e neutralidade.

Assunto polêmico, a neutralidade ou suposta neutralidade admite divergências na sua interpretação produzindo, inclusive, uma distinção entre o que se entende como neutralidade da ciência e neutralidade do cientista (ROCHA E SILVA, 1981)⁶. Aqui, aparece a dicotomia cientista/ciência que corresponderia à dicotomia entre sujeito/objeto, embora a explicação desse autor nos leve à compreensão de que não é possível separar as duas instâncias e que as discussões acerca da neutralidade na pesquisa precisam ser vistas no seu aspecto humano. Além disso, é preciso tratá-la como uma discussão relativa ao âmbito das ciências (no plural) e, nesse caso, incluir no debate os aspectos subjetivos presentes no processo do fazer científico.

Na atualidade, alguns dos ideais básicos da ciência pautados na concepção de racionalidade, neutralidade e objetividade sofreram transformações. É o que coloca Sánchez (1990), segundo a qual a ampliação do conceito de racionalidade, antes concebido como sistematização coerente de enunciados foi ampliado para incluir os aspectos heurísticos do fazer científico. Também houve a valorização da interdisciplinaridade ao acrescentar o ponto de vista da sociologia, da psicologia, da história e da ética. Por outro lado, a objetividade foi questionada no âmbito da biologia e da física, sendo postulado o aspecto ideológico na análise das disciplinas científicas, fazendo crer que a ciência é “um

⁵ Op. Cit. p. 104.

⁶ Rocha e Silva (*op. cit.*) afirma que a neutralidade da ciência explica-se pela ideia de que um produto, por si só, pode ser aplicado para o bem ou para o mal. Porém, ele admite que, para entender a neutralidade do cientista, basta pensar que o produto não é gerado sozinho, mas depende da intenção e motivação do pesquisador.

corpo de conhecimento que se gesta e muda continuamente na inter-relação com seus aspectos sociais, políticos, etc” (SÁNCHEZ, 1990, p. 168. Tradução nossa).

No entanto, apesar dessas modificações, ainda permanece a crença na objetividade pura e na neutralidade, o que sugere posturas de trabalho isentas de afetividade e de envolvimento, sobretudo no momento da coleta do material a ser analisado, quando o pesquisador se defronta com o objeto de sua investigação. De acordo com Dansílio (2004), essa objetividade tem um caráter sexista e reproduz uma série de dicotomias paralelas às diferenças de sexo: subjetivo/objetivo; mente/corpo; cultura/natureza; razão/emoção. Assim, quando o pesquisador recorta a realidade em esferas masculina e feminina produz uma “distorção cognitiva sistemática que contamina a própria noção e estatuto de objetividade [...], assistindo-se a uma versão científica e não científica da objetividade” (DANSÍLIO, 2004, p. 7) que conduz a atribuição de funções científicas (objetivas) aos homens e de funções emocionais (subjetivas) à mulher.

Muitos autores (por exemplo, CHALMERS, 1994; FARGANIS, 1997; RODRÍGUEZ, 2000) advogam que a atividade científica não é neutra em relação ao contexto sociopolítico e que a mesma revela relações de poder (ALVES, 1979; FOUCAULT, 1986 apud RAGO, 1998; SÁNCHEZ, 1990).

É fácil entender essa afirmação se admitirmos que o pesquisador procura as respostas para as suas questões onde elas podem ser encontradas e nisso está implicada a sua formação básica e a sua responsabilidade como pesquisador, assim como seu prestígio, o que direciona sua escolha para um campo e não para outro. É justamente o caráter social e político que faz com que a ciência suscite interesses epistemológicos, no sentido teórico, e interesses políticos, esses últimos funcionando como desencadeadores das ações de diversos teóricos, entre os quais se encontram as feministas.

A sociedade produz conhecimento por decisão voluntária (a despeito da existência de pesquisas encomendadas), pondo como objetivo a solução de questões com o intuito de aproveitá-la em benefício de um grupo de pessoas. Esta colocação é fundamental porque nos dá a dimensão do caráter ideológico presente na atividade de investigação como também de seu fundamento social, conforme assinalam Sánchez (1990) e Rodríguez (2000). É nesse sentido que defendo a

ideia de pensar a neutralidade em seu aspecto humano, já que o/a pesquisador/a funciona como elemento unificador da finalidade subjetiva com a finalidade objetiva da pesquisa, cabendo a ele o papel de integrar esses dois aspectos, em vez de ignorar sua relação dialética. Por esse ângulo, teremos uma produção que não pode ser considerada neutra, pois “a verdade acerca dos seres humanos é sempre relativa às condições locais, físicas, sociais e culturais” (RODRIGUEZ, 2000, p. 253. Tradução nossa) e inclui a relação sujeito-objeto.

A relatividade na concepção da neutralidade e objetividade da ciência presente nas teorizações de diversos autores sugere a compreensão de que a ciência é uma “[...] instituição que gera poder e está sujeita e é gerada pelo poder [...]; que seus produtos transformam a sociedade” (SÁNCHEZ, 1990, p. 167. Tradução nossa). Esses aspectos sociológicos deixados de lado na época em que a ciência se consolidou como um saber contundente pela aplicação de um método que pretendia refletir a realidade, hoje entram na discussão teórica epistemológica acerca da produção do conhecimento.

O debate sobre a relatividade do processo de conhecimento tem sido conduzido por pensadores que abordam tanto os aspectos ideológicos, quanto os sociológicos ou metodológicos da ciência. Essas posturas contrapõem-se ao imperialismo epistêmico reinante na tradição filosófica, como na ciência clássica, sendo atualmente facultada a inclusão de elementos “irracionais” na atividade científica, como sugere Feyerabend (1979).

A controvérsia no campo da filosofia da ciência acerca da objetividade está presente, ainda, na obra de Kuhn (1978) considerado como relativista por alguns de seus críticos, embora ele próprio faça restrição a estas observações⁷. O relativismo de Kuhn (1978) está presente, sobretudo, no *Posfácio* da obra citada, quando ele coloca os critérios para avaliar uma teoria que, conforme ele assinala, deve ser julgada em relação aos padrões de uma comunidade.

Nesse esforço de crítica da ciência e de compreensão das formas de produzir conhecimento figuram outros pensadores, sociólogos, a exemplo de Wright Mills (1974) e Mannheim (1974). Tomando como

⁷ Kuhn (1978, p. 251)

referência uma visão histórica dos processos sociais, Wright Mills (1974) expõe que

[...] há diversos cânones e critérios de validez e veracidade e estes [...] estão em sua permanência e mudança legitimamente abertos à relativização histórico-social [...]. Os critérios ou modelos de observação e verificação não são transcendentais. Não se derivam, em sua pureza teórica, de um céu grego, embora a ‘escolha’ e o uso de uma parte deles possam ser assim justificados. Nem são parte de um equipamento ‘mental’ apriorístico ou inato, concebido para ser intrinsecamente lógico. Ao contrário: a diversidade histórica de tais modelos corrobora a visão de Dewey do que eles são gerados e se derivam de investigações feitas em tempo e sociedades determinadas (WRIGHT MILLS, 1974, p. 130).

Esse autor é enfático ao afirmar a relação entre os aspectos a serem investigados e os fatores sociais. Para ele, qualquer padrão de observação pode ser relativizado e a seleção e a utilização de qualquer modelo estão sujeitos à explicitação sociológica. Ele menciona que “as categorias das quais dependem todas as investigações e exposições estão relacionadas a situações sociais, a determinantes culturais” (WRIGHT MILLS, 1974, p. 133).

Essa visão da estrutura histórico-social no processo de conhecimento é compartilhada por Mannheim (1974, p. 67) que, numa análise dos pontos de vista de interpretação da realidade, sugere que a “soma global do conhecimento existente num dado momento nasce em dependência muito estreita do processo social real”. Para esse autor, “as teorias, métodos e atitudes históricos e sociológicos se formam sempre em estreita correlação com a posição social específica, e com os interesses intelectuais, de uma classe ou grupo social” (MANNHEIM, 1974, p. 29). Ele afirma que um fator desempenha função distinta em diferentes situações sociais e culturais, mudando o seu significado conforme o processo cultural em que esteja inserido. A cada momento, o atual é cercado por um horizonte de possibilidades, e esse horizonte contém o que é possível numa determinada situação e é resultado de uma constelação de fatores.

A Perspectiva Feminista como Possibilidade de Aplicação Aos Estudos de Gênero e Gerações

Um marco da crítica sobre questões relativas ao processo de conhecimento tem sido expresso nas diferentes teorizações feministas, sobres-

saindo como um dos principais pontos dos debates feministas na década de 1980 (SCHIENBINGER, 2001). As práticas feministas baseiam-se em um projeto de transformação das relações de gênero, ao contrário do que propõe a ciência moderna que busca impor-se pela separação de fatos e valores (SARDENBERG, 2002).

Nesse sentido, diferentes abordagens buscam estabelecer parâmetros que justifiquem a invisibilidade das mulheres no campo da ciência, relutando em aceitar a referência androcêntrica na elaboração da prática científica e criticando os conceitos de objetividade e neutralidade promulgados pela ciência tradicional. Um desses enfoques relaciona-se com a teoria psicanalítica e é postulado por Keller (1996) que defende a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres se devem ao processo de aprendizagem emocional a que se submetem na infância. No que tange à ideologia da objetividade na ciência, o que predomina é a relação da objetividade com o masculino e da subjetividade com o feminino. A proposta dessa autora é reconceitualizar a objetividade como um processo dialético, escapando à ilusão objetivista. Para tanto, é necessário acrescentar aos métodos racionais a autorreflexão crítica que atenda ao projeto científico sem a pretensão de universalidade.

Outra perspectiva que faz a crítica da ciência ao retratar o aspecto da objetividade é o pós-modernismo que agrega o pensamento de feministas como: Flax (1992), Haraway (1994, 1995), Benhabib (1995) e Butler (1998), dentre outras. O pós-modernismo fundamenta-se nas teorias da construção social, cuja ideia de objetividade busca uma conciliação com a posição do sujeito que conhece. O mesmo sentido de conciliação se dá no empirismo contextual, segundo o qual o sujeito da epistemologia não é o indivíduo, mas a comunidade. Nessa ótica, cada teoria deve ser consistente com um corpo de evidências, e essa requer a acessibilidade interpessoal, o que produziria o marco apropriado para a objetividade (LONGINO, 2001).

Feministas adeptas do “perspectivismo” também fazem sua crítica à objetividade conforme defendida pela ciência tradicional. Essa abordagem me interessa de modo especial uma vez que, neste trabalho, pretendo pensar a objetividade dentro de um marco teórico que, em vez de optar por uma “grande verdade”, propõe a ideia de “perspectiva”. O “perspectivismo” ou abordagem do “ponto de vista” (*standpoint*) foi proposto inicialmente por Harstock (1987) e compar-

tilhado por Smith (1987), Haraway (1995) e Harding (1996). De acordo com Sardenberg (2002), essa abordagem possui como pressupostos básicos: a ideia de que não existe conhecimento neutro, nem objetivo. Além disso, o conhecimento é construído a partir de um posicionamento social (histórico e cultural). Esse posicionamento reflete o que se pode apreender da perspectiva que se tem de diferentes ângulos, embora nem todas as perspectivas ofereçam as mesmas vantagens epistêmicas.

Todas essas abordagens surgiram com o objetivo de desconstruir valores iluministas relacionados à objetividade, à neutralidade e à universalidade, bem como às metodologias das ciências. Desse modo, apesar das críticas apresentadas por Guzmán Cáceres e Pérez Mayo (2001)⁸ sobre a real pertinência ou existência de uma “epistemologia feminista”, e das incertezas produzidas pela instabilidade das categorias analíticas (HARDING, 1993), as feministas têm sustentado uma forma de pensamento que, independentemente do rótulo, sobressai pela crítica ao caráter androcêntrico e unidimensional da ciência. Trata-se de uma crítica contextual, histórica e relativista, implicando em não aceitar as totalidades universais ou balizas fixas. Em relação a essa postura das feministas e baseando-se no pensamento de Elizabeth Spelman, Dias (1994) afirma que:

Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como reprodução, família, público, particular, cidadania e sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina. (DIAS, 1984, p.375).

A proposta para pensar numa visão historicista do conhecimento conduz à ideia de uma sociedade em mudança e nos encaminha para discussões que nos tiram do lugar de conforto epistemológico a que estamos acostumados. Partindo desse pressuposto, cada pesquisa, cada objeto estaria condicionado por momentos particulares, tanto cultural-

⁸ GUZMÁN CÁCERES; PÉREZ MAYO (2001) criticam o caráter eminentemente ideológico e político das epistemologias feministas e, a partir da análise das características dessas epistemologias, apresentam uma proposta epistêmica metodológica com base em um programa de investigação nos termos lakatosianos que possa dar origem a uma teoria feminista.

mente quanto socialmente, ainda que sejam preservados os aspectos instrumentais da pesquisa, por exemplo, utilizando técnicas conhecidas, tradicionais. Considerando esses aspectos, alinho-me às perspectivas feministas que criticam o conceito universal de homem e a supervalorização das práticas científicas deste. Corroboro uma visão emancipatória dos demais grupos, não só de mulheres, mas daqueles que emergem das interseções⁹ de raça, classe, idade, geração, nacionalidade, como sujeitos e objetos da produção do conhecimento.

A crítica feminista se aproxima da perspectiva de valorização da cultura pelo pós-modernismo (RAGO, 1998). Nesse sentido ganha destaque a importância da linguagem e das representações sociais constituídas culturalmente. Pelo discurso, o sujeito apropria-se do mundo e lhe proporciona vários significados. Dessa forma, o pesquisador não pode ignorar o contexto social de sua pesquisa, o qual é modificado pelas experiências de vida de cada um e por elementos da cultura.

A par disso, presumo que as noções de objetividade e de neutralidade importam não como valores únicos e inexoráveis, mas considerados a partir de um ponto de vista, histórico, cultural, relacional e, portanto, humano. Sob outro prisma, relacionado ao gênero, a ideia de um ponto de vista com essas características engendra uma descentralização do sujeito, um desinvestimento na “preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista” (RAGO, 1998, p. 8). Desse ponto de vista, penso que o projeto se abre na direção de uma compreensão em que devem prevalecer as balizas de gênero e a incorporação de outras categorias, além da mulher (singular). É evidente que o foco de atenção não é a mulher abstrata, pois junto com esta há outras categorias relacionais (classe, idade, raça), que colocam o particular (mulher) e o geral (demais categorias) numa interação que produz circunstâncias e experiências concretas.

⁹ A noção de interseccionalidade é trabalhada por Crenshaw (2002, p. 177) ao utilizar a metáfora da intersecção (cruzamento) numa analogia das ligações entre os diversos eixos do poder (raça, etnia, gênero e classe) que se sobrepõem e se cruzam formando uma espécie de avenidas que estruturam os campos sociais, econômicos e políticos, estabelecendo a dinâmica de desempoderamento e exclusão.

Dentro da perspectiva feminista, uma forma de engajamento no modo de pensar contextual e relacional seria “endossar a teoria do perspectivismo, do historicismo, que parte de um ponto de inserção do objeto de estudo para, a partir deste ponto, construir as balizas do seu conhecimento” (DIAS, 1994, p. 376). Nesse sentido, o pesquisador assume a temporalidade histórica do tema, procedendo à construção do seu objeto fundamentado em referenciais relativos a este tema e problematizando esses referenciais, inclusive o próprio conceito ou categoria a ser trabalhada. Situando esta abordagem em relação aos estudos de gênero e gerações, seria necessário temporalizar os conceitos de mulher/mulheres, homem/homens, idade, juventude, envelhecimento, velhice, o que conduziria ao reposicionamento desses conceitos e de categorias como, por exemplo, identidade, subjetividade, gênero e geração.

A crítica ao caráter universal desses conceitos ou categorias permite trabalhar com a multiplicidade das experiências humanas, fornecendo a dimensão das múltiplas possibilidades de conhecimento da realidade, sem postular uma totalidade ou universalidade. Por essa ótica é possível pensar “nas mulheres”, “nos homens”, “nos velhos”, “nas velhas”, “nas juventudes”, e não simplesmente numa unidade que expresse “a mulher”, “o homem”, “o velho”, “a velha” ou “a juventude”. Velhice, envelhecimento, juventude, assim como homem e mulher são prismas de estudos que não se restringem a formas estanques das etapas da vida humana ou do sexo, como estudados em algumas disciplinas. Eles abarcam o cultural, as relações sociais, o contemporâneo e, por isso, são susceptíveis de produzirem diferentes representações. Nessa perspectiva de interpretações provisórias, coloco-me à margem da norma, da neutralidade e da objetividade promulgadas pela ciência tradicional, entendendo, assim que:

Formas, categorias, sistemas, regras, valores, limites da linguagem, modos de intelecção de conceitos, múltiplas temporalidades a coexistirem, níveis de indagações, de interpretação são possibilidades do conhecimento que vêm sendo percorridas por historiadores desde há muito e que procuramos apreender a partir de nossa perspectiva contemporânea enquanto mudança no tempo, mais do que como permanências estruturais. DIAS (1994, p. 377).

Ao cogitar uma articulação teórica entre os estudos de gênero e os de geração, levo em conta dois aspectos: primeiro, os processos de diferenciação (entre homens e mulheres e entre uma geração e outra); se-

gundo, a discriminação dos estudos de gênero em relação à rara inclusão de geração em seu contexto investigativo. Em relação ao primeiro aspecto, é pertinente a consideração de que o envelhecimento tem sexo, sendo variável para homens e para mulheres (BRITTO DA MOTTA, 1998; CAMARANO, 2003). Por outro lado, varia também de acordo com o contexto, aqui considerado em termos do tempo social e individual e do tipo de vivência das pessoas, sublinhando que, dentro de um mesmo sexo, esta mesma variação acontecerá conforme a cultura.

No que tange ao segundo aspecto, pondero sobre a importância dessa articulação como forma de resgate teórico da categoria geração, uma vez que, entre as categorias relacionais citadas anteriormente, esta tem ficado um pouco esquecida. Entretanto, embora os estudos de gênero tenham buscado poucas ligações com o campo das gerações, e no âmbito da produção do conhecimento as feministas tenham orientado suas críticas, sobretudo, no sentido de chamar a atenção para o monopólio masculino na ciência (não necessariamente o domínio de um grupo de idade sobre outro), é preciso reconhecer que essa crítica envolve uma dimensão de transformação.

Pensando nesse sentido emancipatório e transformador é que proponho estudar gênero e gerações através da abordagem “perspectivista”, a qual ajuda a localizar as mudanças sociais registradas tanto nas relações de gênero quanto nas relações entre gerações. Além disso, as questões que surgem no campo das gerações não são separadas das questões de gênero nem de questões presentes em outras instâncias constituintes da realidade social, ainda que suas especificidades se deem através das flexões políticas, econômicas ou ideológicas distintas. Tal como proposto aqui, a aproximação dessas categorias exige o rompimento com as dicotomias analíticas já citadas e sujeita o/a pesquisador/a a caminhar em um terreno de incertezas, tanto referentes ao gênero quanto às gerações.

É importante, no entanto, frisar que ambas as categorias exprimem uma relação compartilhada. Gênero relaciona-se a um lugar e a um tempo (FARGANIS, 1997), assim como geração remete à noção de uma localização social dos indivíduos inseridos no processo histórico-social (MANNHEIM, [1928]). Essas categorias indicam que “a vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhe dão sentido” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 193). Além disso, como outras categorias, gênero e geração se

expressam “no marco das relações de poder” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 202). Tomando a categoria “poder” seria necessário questionar, dentro do gênero, esse fenômeno sobre o qual se diz que coloca as mulheres em desvantagem em relação aos homens. Por outro lado, no âmbito das gerações, seria pertinente questionar o poder de uma geração sobre outra, indagando, em ambos os casos, a natureza desse poder.

Ao vislumbrar essa articulação, compreendo que a objetividade proporcionada pela perspectiva do “ponto de vista” ou “perspectivista” opõe-se à noção tradicional de objetividade, pois abrange aspectos da realidade social que se entrecruzam, ampliando e diversificando os sentidos provenientes de tais ligações. Refiro-me ao “ponto de vista” como sendo o lugar onde nos situamos e colocamos o objeto de estudo em determinado momento, significando um privilégio provisório. Este contemplaria as diferentes possibilidades de intercruzamento de categorias dialógicas, inclusive as de idade e geração, ampliando o privilégio do mesmo para além dos aspectos de classe, raça e sexo, comumente destacados. Na abordagem “perspectivista”, as categorias gênero e geração não equivalem a formas abstratas, mas são consideradas enquanto processos, movimento histórico, no tempo. Parafraseando Dias (1994, p. 373), vistas dessa forma, as categorias delineiam as diversidades da conjuntura social.

A abordagem “perspectivista” está de acordo com o pensamento mannheiniiano ao referir-se ao problema das gerações no seu aspecto qualitativo. Com base na obra de Dilthey¹⁰, Mannheim ([1928], p. 123) afirma que “o problema das gerações é considerado como [...] o problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos”. Essa noção, inscrita numa ótica historicista, substitui a ideia de um desenvolvimento linear da história e do mero significado cronológico (positivista) de geração e de tempo. Dentro dessa formulação cabe lembrar, ainda com base em Dilthey apud Mannheim [1928] que os indivíduos recebem influências decorrentes de fatos sociais, intelectuais e políticos constituindo uma geração por estarem sujeitos a influências comuns. No entanto, embora esses indivíduos sejam contemporâneos, suas experiências são

¹⁰ DILTHEY, *Über das Studium der geschichte der Wissenschaften vom Menschen, der gesellschaft und dem Staat*, 1875. Abgedr. Ges. Schr. Bd. P. 36-41 (Abbreviated: Dilthey).

vivenciadas subjetivamente. Tomando como exemplo as experiências do envelhecimento relativo a homens e mulheres, poderíamos concluir que estas seriam experimentadas diferentemente, embora as pessoas pudessem constituir uma mesma geração.

Ao conjecturar sobre uma pesquisa que articule gênero e geração, avalio a possibilidade dessa busca distanciar-se dos discursos que a sociedade já produziu sobre o homem (humanidade) ou sobre a mulher (natureza). Isto porque há diferenças nas formas de envelhecimento de uma sociedade em relação a outra, de um sexo em relação a outro e também no âmbito de um mesmo sexo. Esta postura epistemológica de pensar a vivência subjetiva do tempo como algo particular a cada sexo ou a cada geração fortalece a prática científica contextualizada e contribui para assegurar a objetividade do trabalho de investigação, ainda que escape às formulações universalistas.

É relevante esclarecer que essa perspectiva aplicada aos estudos de gênero e gerações, como proponho, não concebe a ideia da separação entre o/a pesquisador/a e o conhecimento produzido, já que os procedimentos e os conceitos que demarcam a prática investigativa são considerados a partir de sua posição na sociedade. Por outro lado, admitindo que a verdade é sempre parcial, o tipo de conhecimento oriundo da pesquisa dessa natureza corresponde a uma aproximação da realidade (BACHELARD, 1969; 1996), e é marcado por uma visão de objetividade “situada”, sem a pretensão de teorizar o mundo em termos globais (HARAWAY, 1995).

A articulação entre os dois campos mediante a abordagem “perspectivista” abarca aspectos que são, primeiramente, marcados pela crítica a referências de processos biológicos universais, relativa ao sexo ou à idade cronológica, dando lugar à perspectiva política. Em segundo lugar, são assinalados pela consideração de que gênero é relacional (SCOTT, 1995) e idade e geração constituem categorias sociais e históricas (DEBERT, 1998). E, finalmente, são inscritos na perspectiva de relativização ao oferecer uma descrição de particularidades (em termos tanto de gênero quanto de geração) e, ao mesmo tempo, transcender os particularismos, podendo pensar em termos mais gerais, a partir de alguns recortes, como por exemplo, verificando as similaridades em um determinado grupo de idade e de determinado sexo, sem uniformizá-los.

A rigor o/a pesquisador/a não precisa de “uma doutrina de objetividade que prometa transcendência [...] e poder instrumental ilimitado” (HARAWAY, 1995, p.16), sobretudo pelo reconhecimento da instabilidade das categorias analíticas (HARDING, 1993). Importa voltarmos para abordagens que possibilitem desenvolver a investigação e ao mesmo tempo criticá-la, incorporando uma consciência crítica de gênero (SCHIENBINGER, 2001) e de geração, abordando esses dois prismas como elementos centrais nos processos sociais.

Considerações Finais

O debate sobre epistemologia produziu diferentes ângulos de visão da ciência desenhando um quadro epistemológico plural. Ao lado da ciência associada às noções de: causalidade, determinismo, mecanicismo e de objetividade e neutralidade surgiu um conjunto de outras noções como: intersubjetividade, parcialidade, significado, como forma de rejeição da ciência tradicional, universalizante, instrumental e androcêntrica. As feministas se envolveram diretamente no processo de crítica e de propostas de re-elaboração dos métodos nas ciências sociais. Pensando, sobretudo, nas mulheres, criticaram os estereótipos e o princípio universal aplicado nas formulações teóricas androcêntricas.

Em decorrência de todas essas críticas, a possibilidade de um conhecimento completo da realidade atinge seu limite dando lugar para pensar no conhecimento “situado” e parcial, como já anunciavam alguns epistemólogos desde o século anterior. A crítica que surge é pertinente ao tipo de relação entre sujeito e objeto na investigação científica. Nas ciências sociais a objetividade que emerge seria de natureza intersubjetiva, resultado da relação do sujeito com um mundo carregado de significados e que conduz fenômenos e não apenas fatos.

A reflexão epistemológica mostra que no processo de investigação estão presentes não só o sentimento de dedicação do pesquisador, mas também suas convicções, expressas na possibilidade de atribuir mais ou menos valor a um problema e não a outro, ao escolher uma e não outra perspectiva epistemológica, produzindo o efeito sobre tais definições. Um exame referente às abordagens citadas neste trabalho mostra que não existe completude em qualquer proposta. No entanto, pode ser desenvolvida uma epistemologia que contemple uma maior

compreensão da estrutura dos problemas que pretende analisar, assim como do sistema sócio-histórico e político.

Um caminho possível seria a adoção da abordagem “perspectivista”, uma proposta que reconhece o processo de conhecimento em seu papel de privilegiar situações e sujeitos em condições não igualitárias como objeto de suas investigações, admitindo o conhecimento parcial. Considerando a parcialidade sugerida por esta abordagem, convém pensar na possibilidade política de colocar-se no lugar do outro para promover a transformação, considerando que, como campo privilegiado do conhecimento, a ciência constitui também um campo de debate, de luta e de crítica das possibilidades de ver o mundo e de transformá-lo.

A parcialidade está presente em toda a história das ciências, cujas práticas não oferecem todas as respostas às questões postas pela sociedade. No campo das pesquisas feministas, assim como nas de gênero e gerações, esse quadro não é diferente, ainda que, da mesma forma como ocorre nas ciências em geral, exista a tentativa de humanizá-las, aproximando-as dos interesses éticos, sociais e políticos de uma comunidade, grupo ou nação.

Referências

- ALVES, Rubem A. Verdade e política. Racionalidade formal – racionalidade substantiva. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 31, n. 9, p. 996-1000, set. 1979.
- ANDERY, Maria Amália P. A. et al. *O pensamento exige método, o conhecimento depende dele. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 10 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.
- ARISTÓTELES. Metafísica. Trad. do grego por Vincenzo Cocco. In: OS PENSADORES. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. Livro II, Cap. I, p. 239-240.
- BACHELARD, Gaston. *Essais sur la connaissance approchée*. 3. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969. Edição original de 1927.
- _____. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, Maria da Conceição. Pedagogia da ruptura: o conhecimento como processo descontínuo. Ideação. *Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana*, Feira de Santana, BA, n. 9, jan./jun. 2002.

- BENHABIB, Seyla. Feminism and postmodernismo: an uneasy alliance. In: NICHOLSON, Linda et al. *Feminism Contentions*. A Philosophical Exchange. New York: Routledge, 1995. p. 17-34
- BERNAL, John Desmond. *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976. v. 2.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Chegando pra idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, n. 13, p. 191-221, 1999. (Dossiê Gênero em Gerações).
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do Pós-Modernismo. *Cadernos PAGU*, Campinas, SP, n. 11, p. 11-42, 1998.
- CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança. In: *Estudos Avançados*. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea>. Acesso em: 3 maio 2004.
- CHALMERS, Alan F. *A fabricação da ciência*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original em francês: Cours de philosophie positive. (Coleção Os Pensadores).
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.
- DANSILIO, Sergio. La defensa de la objetividad en las epistemologías feministas. *Galileo*: Publicación dedicada a problemas metacientíficos. Departamento de historia y filosofía de la ciencia – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Montevideo, 2004. n. 30.
- DEBERT, Guíta G. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373-386, 1994.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. Título original em francês: Les règles de la méthode sociologique. (Coleção Os Pensadores).

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; & BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1977. Trad. Octanny S. da Mota.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUZMÁN CÁCERES, Maricela; PÉREZ MAYO, Augusto Renato. *Las epistemologías feministas y la teoría de género*. Questionando su carga ideológica y política versus resolución de problemas concretos de la investigación científica. Cinta de Moebio. n. 22, 2005. Disponível em <<http://www.moebio.uchile.cl/22/guzman.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 7-32, 1993.

_____. Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity? In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Ed.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235-248

_____. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Compiladora). *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p. 9-34.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os Cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-287.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-42, 1995.

HARSTOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987. p. 157-180.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia “racionalista-crítica” de K. Popper. In: _____. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and Science. In: KELLER, Evelyn Fos; LONGINO, Helen E. (Ed.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 28-40.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LONGINO, Helen. Can there be a feminist science? In: WYER, Mary et al. (Org.). *Women, Science and Technology*. Nova York: Routledge, 2001. p. 1-11. Disponível em: <www.cec-wys.org/kontext/6ad3fcef/longino>. Acesso em: 12 ago. 2006.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res Editora, [1928]. p. 115-176.

_____. O problema de uma sociologia do conhecimento. Trad. Mauro Gama e Ina Dutra. In: BARTELLI, Antonio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

MINAZZI, Fabio. Imagens da ciência e vicissitude da filosofia. In: GEYMONAT, Ludovico; GIORELLO, Giulio. *As razões da ciência*. Trad. João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 79-121. Título original: *Le Ragioni della Scienza*.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos tempos, 1997. p. 276-290.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança*. Trad. Miguel Faria e Maria Joaquina M. Trincheira. Brasília: Ed. UnB, 1997.

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROCHA E SILVA, Maurício. Neutralidade da ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 826-828, 1981.

RODRÍGUEZ, Luz Migdalia Vélez. Reflexiones en torno a la investigación psicológica contemporánea. *PSI – Rev. Psicología Social Institucional*, Londrina, PR, v. 2, n. 2, p. 251-259, 2000.

SÁNCHEZ, Ana. La masculinidad en el discurso científico: aspectos epistémico-ideológicos. Conferência del Curso Nuevos Enfoques Teóricos y metodológicos del Programa de Doctorado *Mujeres y Sociedad*. Depto. Lógica y Filosofía de la Ciencia. Valencia, 1990. <Disponível em: <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/Mujeres-Sociedad/MujeresSociedad-12.pdf>>.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SMITH, Dorothy E. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology. Trad. Maurício. In: HARDING, Sandra. *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987. Revisão de Cecília M. B. Sardenberg.

WRIGHT MILLS, C. Consequências metodológicas da sociologia do conhecimento. Trad. Ângela Maria Xavier de Brito. In: BARTELLI, Antonio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1974.

RESUMO

Inicialmente discute e assinala algumas posturas epistemológicas na filosofia e na ciência tradicional, apontando as contribuições de filósofos, como Aristóteles e Descartes; de cientistas, como Galileu, e de sociólogos, como Durkheim, Comte, Wright Mills e Mannheim. Numa segunda parte, mostra como a perspectiva e as teorizações feministas têm sido um marco da crítica sobre o processo de conhecimento. Em conclusão, aponta como recentemente surgiram noções como intersubjetividade, parcialidade e significado como forma de rejeição à ciência tradicional, universalizante, instrumental e androcêntrica.

Palavras-chave: Epistemologia. Feminismo. Estudo de gênero. Intersubjetividade.

ABSTRACT

The author begins by discussing and highlighting some epistemological stances in philosophy and the traditional science, pointing out the contributions of philosophers such as Aristotle and Descartes, scientists such as Galileo, and sociologists like Durkheim, Comte, Wright Mills and Mannheim. A second discussion shows how feminist theory and perspective has been a critical landmark of the process of knowledge. In the conclusion, the author points out recently growing notions of intersubjectivity, bias and meaning as a form of rejection of traditional normalizing, instrumental and androcentric science.

Keywords: Epistemology. Feminism. Gender studies. Intersubjectivity.